

A TEMÁTICA AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA METODOLOGIA DA APRENDIZAGEM-SERVIÇO (ApS)

Dalva Maria Bianchini Bonotto
UNESP

RESUMO: Considerando a importância da educação ambiental direcionada à construção da cidadania, objetivei identificar sentidos construídos em relatos de práticas de Aprendizagem-Serviço (ApS) voltadas a esse fim, discutindo seus limites e possibilidades. Sob uma abordagem naturalística de pesquisa e a perspectiva bakhtiniana de produção de sentidos analisei projetos ApS que envolviam a participação de estudantes espanhóis em problemas ambientais locais. Da análise dos relatos destacou-se o sentido de comemoração, de vitória pela experiência educativa e/ou serviço realizados. Evidenciou-se, como um sentido atribuído às práticas ApS, o aprendizado e o serviço implicados. Porém, estes nem sempre pareceram voltar-se a uma perspectiva crítica e participativa, denotando algumas vezes um esvaziamento da proposta, questão a ser devidamente cuidada pelos educadores.

PALAVRAS-CHAVE: educação ambiental; participação; cidadania; aprendizagem-serviço.

OBJETIVOS

O objetivo da investigação foi o de identificar, em relatos de práticas ApS voltadas à temática ambiental envolvendo a atuação de estudantes com problemas ambientais locais, os sentidos construídos sobre tais práticas, discutindo seus limites e possibilidades em termos dos objetivos propostos para uma educação ambiental crítica e participativa.

MARCO TEÓRICO

Neste trabalho, parto da concepção da problemática ambiental como resultante de uma crise civilizatória mais abrangente, que subsidia os atuais padrões de relação sociedade-sociedade e sociedade-natureza (Carvalho, 2006; Grün, 2006). Seu enfrentamento envolve a atuação de várias instâncias sociais, dentre elas a educativa. Essa perspectiva implica em uma Educação Ambiental voltada à construção da cidadania, formadora de indivíduos críticos e participantes, construtores de uma sociedade mais justa em termos sociais e ambientais.

A esse respeito, diversos autores (Martins, 2002; Compiani, 2007) têm ressaltado a necessidade das práticas educativas extrapolarem os muros escolares, levando ao envolvimento e participação dos alunos com a comunidade e os problemas que a circundam. Muitos trabalhos, entretanto, têm indicado as dificuldades de implementação de tal proposição. No caso do Brasil, pesquisas têm indicado a necessidade de se reforçar a relação escola-comunidade e a parceria entre escolas, ainda pouco efetivada na prática (Brasil, 2006).

Nesse sentido chamou-me a atenção as práticas denominadas de Aprendizagem-Serviço (ApS), que articulam processos de aprendizagem e de serviço à comunidade em um projeto único; os estudantes se formariam ao trabalhar sobre necessidades reais do entorno, com o objetivo de melhorá-lo (Puig y Palos, 2006).

A ApS se insere no bojo das programas de serviço ou voluntariado cívico, fenômeno social que segundo McBride et al (2003) pode ser considerado relativamente novo e carente de estudos. O termo surgiu por volta dos anos 1966-1967 nos EUA, mas sua concepção remonta ao início do século XX, considerando-se o aporte teórico de Dewey como fundamental para sua gestão (Puig et al, 2007). Baseado na natureza social da aprendizagem, Dewey destacava a necessidade de a educação partir da experiência real, sendo realizada cooperativamente entre iguais e entre adultos, além de não se encerrar sobre si mesma, mas resultar em algum benefício para a comunidade.

Pode-se afirmar que experiências do tipo ApS, mesmo sem utilizar tal denominação, ocorrem em diferentes países ao redor do mundo e, segundo Puig et al (2007), pode-se reconhecer a diversidade com que a mesma se apresenta nessas diferentes experiências e a dispersão teórica quanto aos princípios filosóficos e pedagógicos que as subsidiam: diferentes tendências políticas podem defender a ApS como uma proposta desejável. A partir de uma postura mais liberal ela pode se entendida como uma ação caridosa exercida como livre contribuição por quem deseja realizá-la, destinada a amenizar as adversidades daqueles que não conseguiram alcançar êxito econômico, social ou cultural em suas vidas. Em outro extremo, uma postura comunitarista pode defender a ApS como uma contribuição obrigatória - ou quase - em função de um bem comum desejável.

Puig et al (2007) indicam uma terceira posição, herdeira do republicanismo cívico, que nos aproxima de um sentido mais apropriado da ApS. Ressaltando que ela não pode nem deve substituir tarefas que correspondem a ação política governamental do estado de bem estar social, a partir dessa terceira posição a ApS é tida “más como un método educativo que como un instrumento asistencial o um medio para desarrollar la adhesión a la comunidad. La principal contribución del ApS es educativa y lo es en la medida que trata de formar ciudadanos dispuestos a buscar el bien común” (p.37).

Essa perspectiva vem ao encontro da perspectiva de Educação Ambiental já apresentada, constituindo o paradigma teórico que sustenta a presente investigação. A partir dele, a investigação de práticas ApS já existentes, buscando pelos sentidos construídos a seu respeito pelos educadores que as efetivam, pode nos permitir compreender com mais clareza suas possibilidades e limites, oferecendo subsídios aos educadores ambientais envolvidos com o desafio de educar para a cidadania.

METODOLOGIA

Essa investigação é de natureza qualitativa, estando meu interesse direcionado à compreensão do fenômeno investigado, sem preocupação quanto ao estabelecimento de amostras representativas para fins de generalização; nesse sentido a única generalização admitida é a naturalística (Bogdan y Bicklen, 1994). Na busca pelos sentidos que se constroem a partir dessas práticas, sob uma perspectiva bakhtiniana focalizo a linguagem, tendo-a como instrumento fundamental para a constituição do homem. Tal abordagem analítica nos possibilita o estudo dos enunciados, que trazem consigo não somente os significados das palavras, mas intenções, visões de mundo (Brait y Melo, 2005).

Partindo dessas premissas, procurei por relatos de trabalhos ApS já realizados, encontrados junto ao site para reunir o corpus documental, procurei pelos relatos que envolvessem a educação escolar/ ensino básico e o tema meio ambiente, foco de interesse inicial, encontrando 17 relatos. A partir deles, através de leituras sucessivas, busquei alguns dos muitos sentidos que permeiam tais projetos. Resguardando a identidade dos sujeitos envolvidos nesses relatos, seus nomes não serão divulgados.

RESULTADOS

Essa análise se dá a partir de descrições sintéticas dos projetos, o que pode ser entendido como uma limitação. Entretanto, concordando com Ferreira (2002), considero que escrevo uma das possíveis histórias construídas a partir do relato dessas práticas, em que o autor diz algumas coisas e deixa de dizer outras, uma escolha que encerra um sentido próprio.

O primeiro aspecto a ser apontado é o contexto a partir do qual os relatos são produzidos. O Centro Promotor de Aprendizagem-Serviço, conforme divulga em seu site, é um espaço gerador de iniciativas e ações destinadas a facilitar e fortalecer os projetos ApS. Criado por várias instituições interessadas na educação em valores, anuncia a abertura desse espaço para outras organizações e instituições educativas ou sociais, interessadas em difundir, promover e implementar projetos ApS. Diante desse objetivo, uma das formas de se incentivar as práticas é a própria divulgação das já existentes. Uma das instituições parceiras chega a oferecer premiação para a implementação de bons projetos que sejam apresentados, como forma de estimular e apoiar sua realização. Seus autores têm o compromisso de, posteriormente à sua implementação, encaminharem o relato para divulgação.

Dentro desse contexto encontrei descrições bastante positivas das práticas, com poucos relatos (4, dentre os 17) apontando para aspectos problemáticos surgidos durante o desenvolvimento das mesmas. Independentemente do recebimento da premiação, podemos considerar que a própria divulgação do relato constitui em si um prêmio. Assim, o conjunto dos relatos carrega um sentido de comemoração, de vitória pela experiência educativa e/ou serviço realizado, realizações essas fora do padrão costumeiro das escolas e outras instituições, sendo que boa parte dessas realizações é o resultado de uma parceria entre elas.

Vale apontar que no site do Centro Promotor estão disponibilizados também textos de apoio a quem deseja realizar práticas relativas às várias temáticas. Voltei-me ao documento referente à Educação Ambiental, considerando que o mesmo ou pode ter influenciado alguns dos projetos encaminhados, ou faz parte do mesmo contexto em que eles foram produzidos. O documento apresenta várias considerações pertinentes, referindo-se a uma EA crítica para enfrentamento dos “problemas socioambientais locais e aqueles que atravessam fronteiras e se manifestam globalmente sobre todo o planeta” (p.1). Nessa frase, entretanto, e em outras que se seguirão, identifico um sentido que considero algo empobrecido quanto às escalas local e global da temática ambiental, que parecem não se articular, dando a impressão de representarem fenômenos estanques. Com isso, as considerações sobre o trabalho com a escala local, mais frequentes em função de o serviço dirigir-se comumente ao entorno da escola/ comunidade próxima, podem equivocadamente orientar para sua primazia ante a escala global, prejudicando a propalada educação crítica e a construção da cidadania, que exigem a articulação dessas escalas, possibilitando uma visão mais ampla e profunda dos problemas ambientais.

Voltando aos textos dos relatos, com relação às referências à EA é possível reconhecer em 6 deles indícios mais positivos (segundo o referencial adotado nessa investigação) de uma educação crítica e formadora de cidadania, seja em função de uma perspectiva não naturalizante, seja em função dos cuidados relativos aos aspectos processuais do projeto educativo.

Com exceção de um relato, todos os demais, por influência até do modelo de formulário disponibilizado para introdução dos textos, que sugere os itens “aprendizagens que ocorreram” e “descrição do serviço”, explicitam com clareza esses dois aspectos, indicando sua valorização pelo Centro Promotor: tais práticas devem necessariamente se pautar pela presença dessas duas dimensões. Sendo o aspecto que a distingue dos estudos de campo ou serviços voluntários, os projetos ApS têm nessa característica um potencial educativo muito grande, no qual se deposita a grande promessa de educar para uma cidadania crítica.

Entretanto, o fato de haver aprendizagens e serviços não garante por si só a qualidade do projeto, ou, em termos de multiplicidade de sentidos, será preciso verificar que aprendizagens e serviços são propostos, enfim, que sentidos de cidadania são concebidos e almejados por quem desenvolve o projeto.

A palavra cidadania ou “participação cidadã” aparece explicitamente em 6 projetos, incluída no item referente ao âmbito do serviço realizado. Também aparece em meio à descrição dos projetos, ao se fazer referências, por exemplo, ao interesse do projeto em envolver os estudantes “em atividades de participação cidadã” ou mesmo no item referente aos objetivos, indicando a intenção em “fomentar a participação cidadã”.

Independente dessa explicitação é no texto como um todo que se podem apreender sentidos de cidadania expressos por entre intenções e descrições. Dentre os relatos analisados, 10 deles não permitiram identificar elementos altamente significativos em termos de uma EA crítica e formadora de cidadania. Em um deles, por exemplo, apesar de uma referência à aprendizagem envolvendo apresentação de sugestões “do uso de energias alternativas”, um assunto relevante ao se tratar da questão energética, o relato volta-se basicamente ao processo de análise e adequação da escola em termos de economia de energia elétrica. Em termos do trabalho em EA esse é um aspecto importante a ser trabalhado, mas não suficiente para o tratamento da questão. No relato se percebe muito mais um sentido de aprendizagem voltada à gestão (técnica) de consumo de energia, uma visão tecnicista da questão ambiental, do que de formação crítica sobre o uso de energias e outras questões que o assunto evoca. Assim, nesses casos, o sentido dado à cidadania indica muito mais uma perspectiva passiva de cidadão, uma aprendizagem restrita ao uso da técnica e ao comportamento mais adequado para economia do recurso.

Quanto aos valores, a maior parte dos relatos apresenta-o como um dos conteúdos de aprendizagem focados, citados diretamente ou presentes de forma mais ou menos implícita nas ações que o projeto propõe realizar, como: “cuidado e respeito com o entorno natural”; “conhecimento e valorização do entorno”; “auto-estima e outros valores”. Considero essa alta incidência como um aspecto significativo em termos do reconhecimento desse importante conteúdo de ensino, uma vez que na escola os conteúdos conceituais, que envolvem fatos e conceitos tradicionalmente são os dominantes em termos da intenção educativa (Zabala, 1998).

CONCLUSÃO

O conjunto dos relatos carrega um sentido de comemoração, de vitória pela experiência educativa e/ou serviço realizado. De maneira geral ficou evidente, como um sentido atribuído às práticas ApS, o aprendizado e o serviço implicados. No entanto, nem sempre esses pareceram ocorrer na direção de uma cidadania crítica e participativa, uma vez que vários deles indicaram um esvaziamento desse objetivo maior.

Encerrando essa análise, além de outras questões que já foram apresentadas, ressalto o quanto se torna indispensável cuidar da formação dos educadores envolvidos em projetos dessa natureza. Assim como se reconhece para os alunos participantes desses projetos a necessidade do serviço estar aliado a uma aprendizagem significativa, que envolve conhecimentos e reflexões aprofundados, o mesmo vale para o professor que se aproxima dessa proposta.

AGRADECIMENTOS

À FAPESP, pelo apoio financeiro para a pesquisa (Processo No. 2010/11929-2)."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bogdan, R.C., Biklen, S.K. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- Brait, B.; Melo, R. de. (2005). Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: Brait, B. (Org.) *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, pp. 61-78.
- Brasil (2006). Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas – Comvidas*. Brasília: Secad/MEC, Série Documentos Técnicos n.10.
- Carvalho, L. M. (2006). A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: Cinquetti, H. C e Logarezzi, A. (orgs.) *Consumo e resíduo: fundamentos para um trabalho educativo*. São Carlos: EdUFSCar, pp.19-41.
- Compiani, M. (2007). O lugar e as escalas e suas dimensões horizontal e vertical nos trabalhos práticos: implicações para o ensino de ciências e educação ambiental. *Ciência & Educação*, 13 (1), pp. 29-45.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, XXIII, (79), pp. 257-272.
- Grün, M. (2006). *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus Editora.
- Martins, S.R.O. (2002). Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revisita Internacional de Desenvolvimento Local*. 3, (5), pp. 51-59.
- McBride, A. M., Benitez, C., Sherraden, M., Danso, K., Castano, B., Johnson, L., Mendenhall, M., et al. (2003). *The forms and nature of civic service: A global assessment*_(CSD Report 03-27). St. Louis, MO: Washington University, Center for Social Development. Disponível em: http://csd.wustl.edu/Publications/Documents/Global_Assessment_Report.pdf. Acesso em: 12/01/2013.
- Puig, J.M.; Palos, J. (2006). Rasgos pedagógicos del aprendizaje-servicio. *Cuadernos de Pedagogia*, 357, pp.60-63.
- Puig, J.M., Battle, R., Bosch, C., Palos, J. (2007). *Aprendizaje Servicio: Educar para la ciudadanía*. Barcelona: Octaedro.
- Zabala, A. (1998). *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.